

COMPLEMENTARIDADE PÚBLICO/PRIVADO EM TV

Manuel José Lopes da Silva, UNL/DCC

I. Introdução e resumo

O conceito de Complementaridade envolve sempre questões de espaços e de fronteira, sendo portanto muito adequado à problemática proposta para estes Encontros. Vale por isso a pena recordar rapidamente como tal conceito surgiu nas ciências da Natureza e nas Sociais, e aplicá-lo a alguns dos problemas que os investigadores enfrentam hoje.

Um domínio das Ciências da Comunicação que continua em aberto é precisamente o das relações complexas que se estabelecem entre os sectores público e privado da TV na actual sociedade de consumo. Para o abordar convém começar por estabelecer as características do Serviço Público com a sua Responsabilidade Social típica.

A TV comercial orienta-se por critérios totalmente diferentes, sendo todavia muito importante a capacidade dos operadores para se autoregulem.

O modelo Misto resultante da acção conjunta dos dois sectores para captar as atenções da sociedade, exhibe a complementaridade própria das suas diferentes naturezas. No entanto em Portugal tal modelo exhibe disfunções mais graves que noutros países.

A qualidade da oferta de programas não melhorou, sendo portanto necessário implementar dispositivos de regulação ético-jurídica. Está já em jogo a própria identidade nacional, entre outros valores, ameaçada.

II. Complementaridade e fronteira

Foi no domínio das Ciências da Natureza, concretamente na Física Atómica onde Heisenberg e Niels Bohr estabeleceram um Princípio da Indeterminação, que é também um Princípio de Complementaridade. Tem que ver com a impossibilidade que há em determinar com a mesma precisão e, simultaneamente, a posição e a velocidade da mesma partícula. Niels Bohr logo o estendeu às Ciências sociais generalizando o conceito de Complementaridade para além da Física. Mais recentemente Abraham Moles aplicou-o mesmo às Ciências da Comunicação, utilizando os conceitos de fidelidade e de sensibilidade na recepção de sinais.

É o próprio Bohr quem invoca a tradição oriental das duas entidades cósmicas Yn e Yang, opostas, mas unindo-se num Todo que é o Tau ou seja, o Logos.

O diagrama que representa tais entidades sugere uma grande harmonia entre as individualidades abertas das partes, e o fecho do Todo num fecundo amplexo.

O facto de numa das individualidades haver sempre a presepça dalgum elemento estranho pertencente à outra, é traduzido pelos dois «olhos».

A existência duma fronteira é claramente reconhecida com a representação da linha sinuosa de separação que apresenta a propriedade de indicar, aos vários níveis, a proporção variável em que o Yn e o Yang se podem compor.

Niels Bohr exemplifica algumas fronteiras que se encontram em sistemas sociais lembrando que há complementaridade entre o progresso e a tradição, entre a integração social e asserção pessoal e, no Estado, entre a Tutela deste e a Liberdade das pessoas.

II. O serviço público de TV

A este serviço é sempre atribuída a tríplice missão de informar, formar e divertir.

Normalmente a atribuição da missão é feita mediante contrato de concessão, e a ficalização do seu cumprimento confiada ou ao próprio Estado e/ou a uma entidade especialmente vocacionada para tal.

O financiamento é feito basicamente por taxas. Porém, quando a respectiva receita não é suficiente tem-se admitido a transmissão de

publicidade embora bastante condicionada, o que significa a aceitação dum elemento próprio do modelo oposto de acordo com a perspectiva da complementaridade.

Este modelo é relativamente estático, permanecendo fiel à sua responsabilidade social. Naturalmente que pode manter tal fidelidade através das reestruturas internas que se venham a impor devido à evolução tecnico-económica ou à de outras variáveis sociais.

III. A TV comercial

O modelo concorrencial, de base comercial, nasceu nos EUA nos anos 50. Cedo se verificaram abusos conduzindo a disfunções sociais, e também as correspondentes reacções da sociedade. O poder político actuou como instância reguladora, surgindo uma lei apropriada à situação, « heteroregulação ».

Porém os Operadores negociam também entre si um Código de Conduta, para dar satisfação aos clamores da sociedade, veiculados pelas Associações cívicas, « auto-regulação ».

Os interesses da sociedade ficam assim defendidos através de duas vias paralelas, uma política outra societal. Os operadores recorrem frequentemente a alianças com interesses económicos pro-monopolistas, dentro ou fora do sector e mesmo do país, o que representa a adopção de elementos do sistema oposto.

Este modelo caracteriza-se pelo seu dinamismo dramaticamente demonstrado por inúmeras falências ocorridas nos referidos anos 50. Tudo decorre porém com um evidente respeito pelos interesses sociais em diálogo cívico com as Associações.

IV. O modelo misto público/privado

As duas alternativas oferecidas aos cidadãos são financeiramente complementares, perseguindo portanto objectivos diferentes.

O Operador Público deve buscar a qualidade dos programas, a satisfação de expectativas das minorias e estar sobretudo atento às necessidades culturais. Os Operadores privados estão naturalmente ocupados em vender audiências aos publicitários.

A fronteira estabelece-se portanto entre uma oferta de tipo massificante (comercial) e outra de tipo personalizado (pública), e a finalidade do sistema global é proporcionar uma boa comunicação à

sociedade, com base numa oferta de mais alternativas de melhor qualidade.

Reconhecem-se claramente várias relações complementares. A primeira é a da relação cidadão/massa, característica aliás das sociedades post-industriais, importando muito a progressiva consciencialização das pessoas para que assumam a defesa dos seus direitos a uma TV de qualidade e passem da passividade da massa para a acção cívica.

Outra complementaridade estabelece-se no domínio da auto-disciplina, primeiro dos próprios Utentes e depois dos Operadores. Os Utentes devem ver os programas que os promovam e não os que intoxiquem, os Operadores devem respeitar os valores da sociedade e não explorar os sentimentos das pessoas.

Constata-se por isso a existência de duas responsabilidades: pessoal (a dos Utentes), social (a dos Operadores).

A complementaridade significa que a sociedade espera uma harmonização do comportamento dos actores económicos com as expectativas dos destinatários, devendo o sector Público cumprir o seu caderno de encargos social, e o sector privado as regras do seu pacto de Conduta.

Este modelo apresenta em Portugal duas graves disfunções, entre outras. É por uma lado a TV pública a recorrer à publicidade em excesso, causando uma concorrência disfuncional aos canais comerciais. Mas por outro lado alguns canais da TV comercial recorrem excessivamente a apoios multinacionais que distorcem as regras da concorrência nacional. Dados os volumes de investimento postos em jogo, praticam-se nervosamente actos que se situam para além das regras duma boa gestão, e cometem-se mesmo infracções de ordem jurídica e ética.

A situação é de completa ajuridicidade e mesmo anomia, afectando particularmente os interesses dos utentes. A falta de respeito pelos telespectadores chega ao ponto dos Operadores comerciais se recusarem obstinadamente a estabelecer entre si um Pacto de Conduta com regras mínimas de auto-contenção.

A actual lógica de concorrência em que predomina o recurso a programas no mercado mundial, conduziu a uma oferta estereotipada em que os valores nacionais tendem a esbater-se, e a qualidade em geral a baixar. Em consequência bem pode dizer-se que a globalização tende a prejudicar os telespectadores, tendo antes disso afectado muito negativamente os Operadores.

Na situação Multimedia, em que os Utentes têm acesso não só aos conteúdos dos canais de TV mas também aos conteúdos informáticos dos canais de telecomunicações, torna-se necessário assegurar que os interesses dos Utentes sejam devidamente acautelados. É um desafio para o poder político, que deve em todas as circunstâncias defender os direitos dos cidadãos a uma comunicação de qualidade, vendo-se os próprios Utentes a defender tais Direitos nomeadamente através de Associações cívicas especialmente vocacionadas.

V. Perspectiva final

Em suma pode dizer-se que o modelo Misto não melhorou a qualidade dos programas como se pretendia, levando a encarar apreensivamente o futuro da TV, numa situação multimedia sempre dominada pelos vectores do mercado.

Deve acentuar-se a tendência para a escassez de bons conteúdos, criando-se a situação anómala de virmos a dispor de mais canais mas de menos comunicação.

É evidente a necessidade dum novo Quadro Ético– Jurídico que regule apropriadamente os novos sistemas de Comunicação em que os interesses societais sejam devidamente acautelados.

De facto torna-se imperativo que o ordenamento jurídico seja adequado à nova situação multimedia defendendo os interesses dos Telespectadores, com a necessária harmonização das Leis dos Sistemas de Comunicações, do uso dos Computadores (Informática) e dos Conteúdos (Audiovisual), os 3C da actual Convergência, que tem de assumir a defesa do 4º C: o Consumidor.

Quanto à Globalização, têm de surgir a nível nacional Leis que definam novas políticas de defesa da nossa Identidade cultural, gravemente ameaçada com a concorrência estrangeira.

A pressão psico-social dos novos Sistemas de Comunicação configura-se de tal intensidade que impõe a assunção duma dupla responsabilidade, sendo de tipo social para os operadores e de tipo pessoal para os utentes.